

eleições 2018

Presidenciáveis vão da omissão a propostas genéricas sobre indígenas

Apenas Marina e Boulos trazem planos detalhados acerca de índios em seus programas de governo

Rubens Valente

BRASÍLIA Os programas de governo dos 13 candidatos à Presidência a respeito dos índios oscilam entre frases genéricas e omissões, com apenas duas exceções que trazem propostas mais detalhadas, as de Marina Silva (Rede) e Guilherme Boulos (PSOL). Os povos indígenas somam cerca de 900 mil brasileiros espalhados em mais de 118 milhões de hectares demarcados.

Os planos da candidatura do PT e de Ciro Gomes (PDT) falam genericamente em demarcação de terras indígenas e ampliação de cotas, mas não trazem metas nem dizem como será feita a regularização dos terrenos, hoje ameaçada por decisões do STF, pelas pressões da bancada ruralista e por setores do Executivo.

Ambos os candidatos não explicam como serão os mais de cem processos de demarcação de terras indígenas parados.

O governo Michel Temer adotou um novo argumento jurídico, por meio de um parecer da AGU (Advocacia Geral da União) que se diz baseado no STF, segundo o qual somente indígenas que estavam sobre suas terras ou as disputavam judicialmente em outubro de

1988 poderão ter acesso a elas.

Primeiro colocado nas pesquisas no cenário sem Lula, Jair Bolsonaro (PSL) entregou seu plano de governo sem qualquer menção a índios ou terras indígenas. A Folha, o coordenador político do candidato, o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS), disse que num eventual governo Bolsonaro não haverá demarcação para os índios.

"O Jair diz há muito tempo e nós todos defendemos que no Brasil já tem terra indígena demais, chega", comentou.

Também não há menção a índios nos programas de Geraldo Alckmin (PSDB), Álvaro Dias (Podemos), Henrique Meirelles (MDB), João Amoêdo (Novo), Eymael (DC) e Cabo Daciolo (Patriota).

Autora do único plano de governo que apontou uma nova fonte de recursos com o propósito de fazer demarcações, Marina disse que criará um Fundo de Regularização Fundiária para indenizar colônias e produtores rurais que tenham sido assentados pelo próprio Estado brasileiro em terras indígenas, anos atrás.

O fundo, com recursos da União, contornaria a atual vedação da Constituição, que autoriza indenizar

fazendeiros apenas pelas benfeitorias, não pela terra nua.

"Nós vamos tratar dessa questão como uma necessidade política, social, cultural e um imperativo ético de resolver o problema das comunidades indígenas que estão desterritorializadas em função de políticas públicas de assentar fazendas e colonos em áreas indígenas", disse Marina Silva à Folha.

O programa de Marina também antecipa que irá finalizar os processos administrativos de terras indígenas pendentes.

O programa de Boulos, que tem como vice uma das principais lideranças indígenas, Sônia Guajajara, trata do índio em diversos trechos. Promete reforçar o orçamento da Funai, pedir "perdão aos indígenas pelo etnocídio", construir a primeira universidade indígena e homologar terras já identificadas, "com indenizações cabíveis", o que beneficiaria cerca de 125 mil indígenas.

Os programas de Vera Lúcia (PSTU) e de João Goulart Filho (PPL) também falam em regularizar terras indígenas, mas sem outros detalhes.

O secretário-executivo do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), entidade vinculada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil),

Cleber Buzatto, considera que os candidatos que não trataram dos índios cometeram "erro grave, ou desconhecem o assunto ou não querem nenhum compromisso".

Mas pior ainda, segundo Buzatto, é o discurso anti-indígena contra novas demarcações. "Consideramos uma posição absurda, inconstitucional, desrespeito explícito às determinações da Constituição".

A coordenadora do programa de políticas e direitos socioambientais da organização não governamental Isa (Instituto Socioambiental), Adriana Ramos, disse que "mais grave que a omissão é a negação dos direitos indígenas e a paralisação dos processos de demarcação". Para Adriana, a proposta de Marina "pode acelerar uma solução e diminuir os conflitos no campo".

Procurada pela Folha, a assessora de Geraldo Alckmin afirmou que, "para conceber e aplicar a política nacional indigenista, será promovido um processo de consulta com os povos indígenas a fim de consolidar diretrizes", informou a assessora do tucano.

A assessora de Álvaro Dias informou que "o documento entregue ao TSE é apenas um resumo das diretrizes". "Vamos

trazer para a Funai quadros técnicos qualificados a fim de zerar os processos de demarcação de terra até 2022 e utilizar o Exército para reforçar o auxílio às populações indígenas".

Assessoria de Meirelles afirmou que os índios são "um grupo cujos direitos serão respeitados e que será beneficiado por nossos programas de desenvolvimento". Também procuradas, as assessoras das campanhas de PT, Ciro Amoêdo não se manifestaram.

O que propõem os presidenciáveis

PT • Adoção da paridade de gênero e de cotas de representatividade étnico-racial na composição das listas para enfrentar sub-representação de mulheres, indígenas, negros e negras" na reforma política (Genérica)

• Promoção de políticas de igualdade racial (Genérica)

• Demarcação de terras indígenas (Genérica)

Ciro Gomes (PDT)

• Regularização fundiária de territórios de comunidades tradicionais, quilombos, quilombolas

e terras indígenas (Genérica)

• Fornecimento de material pedagógico adequado para tratamento da questão racial nas escolas

Marina Silva (Rede)

• Finalização dos processos administrativos das terras indígenas pendentes

• Criação de um Fundo de Regularização Fundiária para indenizar fazendeiros em terras indígenas a preços de mercado

Guilherme Boulos (PSOL)

• Pedido de perdão aos povos indígenas pelo etnocídio

• Reforço do orçamento da Funai para reconhecimento, homologação, demarcação e regularização de todas as terras indígenas, quilombolas e das populações tradicionais

• Homologação das terras indígenas já identificadas, com os pagamentos indenizatórios cabíveis (tanto aos indígenas pela demora, como aos ocupantes não indígenas de boa-fé), beneficiando 125.574 indígenas

• Construção da primeira universidade indígena

Vera Lúcia (PSTU)

• Regularização e titulação das terras indígenas e quilombolas (Genérica)

João Goulart Filho (PPL)

• Garantia do direito a posse e uso da terra aos povos indígenas (Genérica)

NENHUMA MENÇÃO

• Jair Bolsonaro (PSL)

• Geraldo Alckmin (PSDB)

• Álvaro Dias (Podemos)

• João Amoêdo (Novo)

• Henrique Meirelles (MDB)

• Eymael (DC)

• Cabo Daciolo (Patri)

Facebook censura fotos tiradas por Sebastião Salgado

SÃO PAULO O Facebook impediu que usuários compartilhassem o especial da Folha "Sebastião Salgado na Amazônia", publicado no último domingo (2). A série de reportagens incluiu fotos dos índios suruwahas em trajes tradicionais, com os corpos parcialmente nus.

O diretor de cinema Roberto Gervitz compartilhou no seu perfil, cujas publicações são visíveis por qualquer pessoa na rede, o link do site do jornal para as imagens.

Três horas depois, recebeu mensagem do Facebook afirmando que ninguém poderia ver a publicação por violação a "padrões da comunidade".

Na segunda-feira (3), a reportagem da Folha tentou compartilhar o mesmo link em outro perfil. A rede social classificou como "spam" e o conteúdo permaneceu indisponível.

Procurado, o Facebook pediu desculpas e informou que o post com o especial havia sido "incorretamente removido".

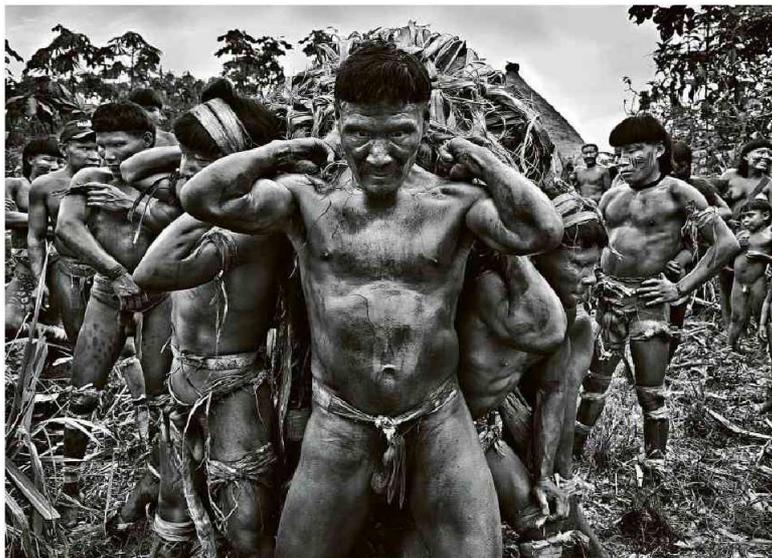


Foto de índio suruwaha censurada pelo Facebook Sebastião Salgado

TRF-2 confirma pena de Garotinho e ameaça candidatura

RIO DE JANEIRO O Tribunal Regional Federal da 2ª Região confirmou nesta terça (4) a condenação do ex-governador do Rio Anthony Garotinho (PRP), candidato este ano ao mesmo cargo, por formação de quadrilha, imposta há oito anos em primeira instância.

Os juízes aumentaram a pena dele para quatro anos e seis meses, o que torna o regime inicial semiaberto. O mandado de prisão contra o ex-governador só será expedido após a análise de embargos declaratórios.

Garotinho fica também ameaçado de se tornar inelegível em razão da Lei da Ficha Limpa, que veda a participação na eleição de pessoas condenadas em segunda instância.

O caso será analisado pelo TRE-RJ, que será comunicado da decisão pela Justiça Federal. Garotinho disse que a decisão tem "caráter político" com o objetivo de inviabilizar sua candidatura. Italo Nogueira

COLEÇÃO FOLHA
concertos
e óperas
para crianças

**Assinante,
compre a coleção completa,
ganhe 4 livros-CDs, o frete
e um novo maestrinho
dentro de casa.**

Apenas
R\$ 19,90*
cada livro-CD

GRÁTIS
4 livros-CDs
e o frete*

PEÇA JÁ SUA COLEÇÃO COMPLETA COM FRETE GRÁTIS*.
Ligue (11) 3224 3090 (Grande São Paulo) ou 0800 775 8080 (outras localidades).
folha.com.br/operascricancas

Preço e frete válidos para os Estados de SP, RJ, MG e PR. Para outras localidades consulte folha.com.br/operascricancas. Confira as datas de entrega no site. Promoção válida na compra da coleção completa. Condição de parcelamento válida apenas no cartão de crédito. Imagens meramente ilustrativas.